

CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DO MARANHÃO

Gabaritei *Turb*



OR IDADE

BEM-VINDO (A)

Você acaba de acessar a amostra do nosso material de **Revisão em 7 dias** para o **CBM MA**!

Antes de continuar, é importante alinhar uma coisa: não é a quantidade de estudo que define o resultado, e sim o **foco**.

Muitos candidatos se perdem porque seguem acumulando conteúdo sem critério. Estudam muito, mas avançam pouco. Passam horas em materiais extensos, revisam temas pouco relevantes e deixam de consolidar **aquilo que realmente faz diferença**.

O problema não está no esforço. Está na forma como ele é direcionado.

Quando a prova se aproxima, essa falta de estratégia pesa ainda mais. Surge a dúvida sobre o que priorizar, o estudo perde ritmo e o tempo passa sem a sensação de progresso. É justamente nesse cenário que este material foi construído para atuar.

Aqui, o objetivo não é apresentar tudo, mas apresentar o que importa. Um **recorte estratégico**, organizado em **7 dias**, pensado para **otimizar o seu tempo** e **concentrar sua energia** nos pontos mais cobrados.

A proposta é conduzir o seu estudo com **lógica** e **objetividade**, evitando dispersão e permitindo que você avance de forma consistente até a prova.

[Clique aqui e seja aprovado](#)

Para isso, o material foi elaborado com base na **análise de recorrência dos temas**, padrões de cobrança e pontos críticos de erro, priorizando aquilo que efetivamente tem impacto no desempenho.

Ao longo das páginas, você encontrará um conteúdo estruturado para facilitar a leitura e a retenção, com linguagem direta, organização visual, destaques nos pontos essenciais e inserção pontual de questões e jurisprudência.

O foco permanece na revisão, sem excesso, sem distrações e sem aprofundamentos desnecessários neste momento.

A ideia não é substituir toda a sua preparação, mas ajustar a rota. Direcionar o seu estudo para o que realmente precisa ser revisado agora e permitir que você avance com mais segurança ao longo dos últimos dias antes da prova.

Nas próximas páginas, você vai conhecer um pouco do material que vai transformar a forma como você está estudando.

Caso queira ter acesso ao material completo, clique no botão abaixo:

QUERO SER APROVADO!

Chegou a hora da sua aprovação. Vamos nessa?!

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS



1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão e a interpretação de textos constituem o núcleo central das provas de Língua Portuguesa em concursos públicos. Independentemente do cargo ou da banca examinadora, é praticamente certo que o candidato será avaliado quanto à sua capacidade de entender, analisar e extrair sentidos de textos de diferentes gêneros.

Mais do que decorar regras gramaticais, interpretar textos exige leitura atenta, raciocínio lógico, domínio vocabular e percepção do contexto.

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma base teórica sólida, aliada a estratégias práticas, para que você saiba **como** ler o texto em prova e **como** responder às questões com segurança.

1.2 TEXTO, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

Antes de avançarmos, é fundamental distinguir dois conceitos que aparecem com frequência nas questões: compreensão e interpretação.

A **compreensão** está relacionada ao sentido literal e explícito do texto. Trata-se daquilo que o autor efetivamente disse, sem exigir inferências profundas. Em linhas gerais, compreender é responder à pergunta: “O que o texto diz?”

Exemplos de questões de compreensão
Identificação de informações expressas no texto
Reconhecimento do tema
Localização de ideias principais e secundárias
Relações básicas de causa e consequência explícitas

A **interpretação**, por sua vez, vai além do que está escrito de forma direta. Ela exige que o leitor relacione informações, faça inferências, perceba implícitos, intenções do autor, efeitos de sentido e valores ideológicos. Interpretar é responder à pergunta: “O que o texto quer dizer?”

Exemplos de questões de interpretação
Inferência de informações não expressas
Identificação da intenção comunicativa do autor
Análise de ironia, crítica ou posicionamento
Relação do texto com conhecimentos de mundo

Dica: toda interpretação depende de uma boa compreensão. Quem não compreende bem o texto dificilmente interpreta corretamente.

1.3 GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são **formas relativamente estáveis de comunicação utilizadas em situações reais de interação social**.

Eles surgem das necessidades comunicativas das pessoas e circulam em diferentes esferas da sociedade, como a jornalística, a literária, a acadêmica, a publicitária, a jurídica, a administrativa e a digital.

Cada gênero textual apresenta **características próprias** relacionadas à sua **finalidade**, ao **público** a que se destina, ao **meio** em que circula, à **estrutura composicional** e ao **tipo de linguagem** empregado.

Uma notícia, por exemplo, tem como principal finalidade informar sobre um acontecimento de interesse público. Já um anúncio publicitário busca persuadir o consumidor a adquirir um produto, serviço ou aderir a uma ideia. Um manual de instruções, por sua vez, tem a função de orientar o leitor na realização de determinada atividade.

Assim, para identificar corretamente um gênero textual, é importante observar:

- qual é a finalidade do texto;
- quem produz o texto;
- a quem ele se destina;
- em qual contexto ele circula;
- qual é o suporte utilizado;
- como suas informações estão organizadas;
- qual linguagem predomina.

Não se deve confundir **gênero textual** com **tipo textual**.

Os **tipos textuais** correspondem a **formas de organização linguística**, como narração, descrição, exposição, argumentação e injunção.

Já os **gêneros textuais** são **manifestações concretas da comunicação**, como notícia, receita, carta, reportagem, edital, crônica e anúncio.

Um mesmo gênero pode apresentar mais de um tipo textual.

Exemplo:

Em uma reportagem, podem aparecer:

- trechos narrativos, ao relatar acontecimentos;
- trechos descritivos, ao caracterizar pessoas ou lugares;
- trechos expositivos, ao explicar informações;
- trechos argumentativos, ao apresentar opiniões de especialistas.

Portanto, o gênero é definido principalmente pela função social e pela situação comunicativa, enquanto o tipo textual se relaciona à forma de organização do conteúdo.

Principais gêneros textuais	
Gêneros jornalísticos	São textos vinculados à divulgação de fatos, informações e opiniões de interesse social. Notícia: apresenta um fato recente de maneira predominantemente objetiva. Costuma responder a perguntas como: o quê, quem, quando, onde, como e por quê. Reportagem: aprofunda determinado assunto, podendo reunir entrevistas, dados, depoimentos, imagens e opiniões de especialistas. Editorial: apresenta a opinião oficial de um veículo de comunicação sobre determinado tema. Geralmente não é assinado. Artigo de opinião: apresenta e defende o ponto de vista de um autor, utilizando argumentos, exemplos, comparações e dados. Entrevista: organiza-se por meio de perguntas e respostas, com o objetivo de obter informações, opiniões ou relatos de uma pessoa. Atenção: mesmo os textos jornalísticos considerados informativos podem apresentar escolhas linguísticas que revelam determinado enfoque sobre os fatos.
Gêneros literários	Nos gêneros literários, a linguagem pode ser empregada de forma artística, subjetiva, simbólica ou figurada.

	Conto: narrativa breve, geralmente concentrada em poucos personagens, espaço e tempo reduzidos. Crônica: texto curto relacionado a situações do cotidiano, que pode apresentar humor, crítica, reflexão ou subjetividade. Poema: texto estruturado em versos ou em prosa poética, marcado pelo ritmo, pela sonoridade e pelo uso expressivo da linguagem. Fábula: narrativa breve, frequentemente protagonizada por animais com características humanas, que apresenta ensinamento ou moral. Nos textos literários, é importante observar os efeitos produzidos por metáforas, ironias, ambiguidades, repetições e outras figuras de linguagem.
Gêneros publicitários	Os gêneros publicitários têm como objetivo principal persuadir o destinatário. Podem promover produtos, serviços, comportamentos ou ideias. Entre os exemplos mais comuns estão: • anúncio publicitário; • propaganda institucional; • campanha educativa; • slogan; • cartaz; • folder. Esses textos costumam empregar verbos no imperativo, linguagem direta, imagens, cores, frases curtas, jogos de palavras e recursos de aproximação com o público. Exemplo: “Proteja-se. Vacine-se.”

	Nesse enunciado, os verbos no imperativo procuram induzir o leitor a adotar determinado comportamento.
Gêneros instrucionais e injuntivos	São textos que orientam o leitor a realizar uma tarefa ou seguir determinado procedimento. Exemplos: • receita culinária; • manual de instruções; • tutorial; • bula de medicamento; • regulamento; • instruções de prova. Predominam nesses gêneros os verbos no imperativo ou no infinitivo, a sequência de etapas e a linguagem objetiva. Exemplo: "Conecte o aparelho à tomada e pressione o botão lateral." A ordem dos procedimentos é fundamental para a compreensão e a execução adequada da ação.
Gêneros normativos e institucionais	São textos utilizados para estabelecer regras, divulgar decisões, regulamentar condutas ou organizar atividades administrativas. Exemplos: • lei; • decreto; • portaria; • resolução; • edital; • regulamento; • ofício; • memorando; • despacho.

	Esses gêneros costumam apresentar linguagem formal, objetiva, impessoal e padronizada. O edital, por exemplo, divulga regras, condições e etapas de determinado processo, como um concurso público. A portaria é utilizada por uma autoridade administrativa para estabelecer determinações, designações ou procedimentos internos.
Gêneros científicos e acadêmicos	Têm como finalidade apresentar, explicar ou divulgar conhecimentos de forma organizada e fundamentada. Exemplos: • artigo científico; • resumo; • resenha; • relatório; • verbete enciclopédico; • texto de divulgação científica. Nesses gêneros, são comuns a linguagem objetiva, o emprego de conceitos técnicos, a apresentação de dados e a organização lógica das informações. O texto de divulgação científica procura tornar o conhecimento especializado acessível ao público não especialista. Por isso, pode apresentar exemplos, comparações e explicações simplificadas.
Gêneros digitais	Os gêneros textuais também se modificam com o desenvolvimento das tecnologias e das formas de interação social. Exemplos: • e-mail; • mensagem instantânea; • postagem em rede social;

	• comentário; • blog; • fórum virtual; • podcast; • meme. Esses gêneros podem combinar escrita, imagem, som, vídeo, emojis, hiperlinks e outros recursos. Por essa razão, muitos deles são classificados como gêneros multissemióticos ou multimodais. A linguagem utilizada pode variar conforme o público, a finalidade e o grau de formalidade da situação comunicativa. Um e-mail institucional, por exemplo, exige linguagem formal, enquanto uma mensagem enviada a um amigo pode apresentar marcas de oralidade e informalidade.
Charges, tirinhas e cartuns	Esses gêneros combinam linguagem verbal e não verbal e são muito frequentes em provas de interpretação. Charge: representa criticamente um acontecimento atual, geralmente relacionado à política ou à sociedade. Sua compreensão depende do conhecimento do contexto em que foi produzida. Cartum: apresenta humor ou crítica sobre situações mais gerais e atemporais, sem depender necessariamente de um acontecimento específico. Tirinha: sequência curta de quadrinhos que pode apresentar narrativa, diálogo, humor, crítica ou reflexão. Para compreender esses gêneros, é necessário observar: • expressões faciais e gestos;



- cenário e disposição dos personagens;
- relação entre imagem e fala;
- ironia;
- duplo sentido;
- referências a fatos sociais;
- • quebra de expectativa no último quadro.

1.4 ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM PROVAS

Ler um texto em prova não é o mesmo que ler por prazer. É uma leitura ativa, estratégica e orientada pela questão.

Na **primeira leitura**, o objetivo é captar:

- O tema central;
- O gênero textual;
- A finalidade do texto;
- O posicionamento geral do autor.

Evite, nesse momento, prender-se a palavras desconhecidas. O foco é o sentido global.

Na **releitura**, o candidato deve:

- Identificar ideias principais de cada parágrafo;
- Observar conectivos e marcadores discursivos;
- Perceber relações de oposição, causa, consequência, explicação ou conclusão;
- Analisar escolhas vocabulares relevantes.

1.4.1 TEMA, IDEIA PRINCIPAL E IDEIAS SECUNDÁRIAS

O **tema** é o assunto geral abordado no texto. Normalmente é amplo e pode ser expresso por uma palavra ou expressão.

Exemplo: Texto sobre os impactos da tecnologia no mercado de trabalho.

Tema: tecnologia e trabalho.

A **ideia principal** é o recorte específico que o autor faz dentro do tema. Ela revela o **ponto central defendido**.

Já as **ideias secundárias** servem para:

- Explicar;
- Exemplificar;
- Justificar;
- Detalhar a ideia principal.

Dica: muitas questões erradas trazem ideias secundárias como se fossem o tema ou a tese central.

CLIMAS DO MARANHÃO: PLUVIOSIDADE E TEMPERATURA



O clima corresponde ao comportamento habitual da atmosfera observado durante longos períodos. Para caracterizá-lo, analisam-se elementos como

temperatura, precipitação, umidade do ar, pressão atmosférica e ventos.

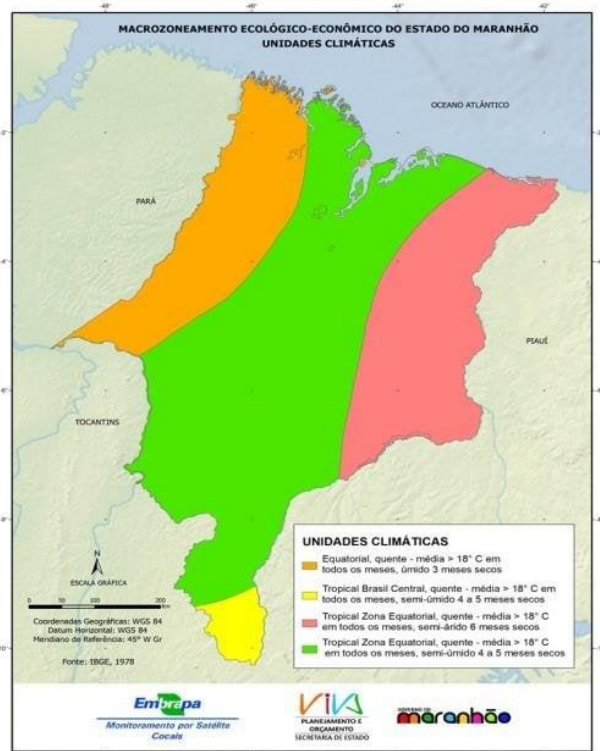
As chamadas normais climatológicas são calculadas a partir de séries de dados de pelo menos três décadas, permitindo identificar as condições médias de determinada localidade.

O Maranhão apresenta condições predominantemente **quentes**, mas não possui um clima completamente uniforme.

A grande extensão territorial, a proximidade do Oceano Atlântico, a influência amazônica

no oeste e no noroeste e a aproximação com áreas mais secas do Nordeste no leste produzem diferenças importantes na distribuição das chuvas, na duração da estação seca e na umidade do ar.

De modo geral, o estado situa-se em uma **zona de transição climática**, entre as condições quentes e úmidas da Amazônia e as condições mais secas do interior nordestino.



2.1 FATORES QUE INFLUENCIAM O CLIMA MARANHENSE

O clima resulta da interação entre diferentes fatores geográficos. No Maranhão, os mais importantes são a latitude, a maritimidade, a continentalidade, o relevo, a circulação atmosférica e a cobertura vegetal.

2.1.1 LATITUDE

Todo o território maranhense está localizado em baixas latitudes, relativamente próximo à Linha do Equador. Por isso, recebe intensa radiação solar ao longo do ano.

Essa posição explica:

- as elevadas temperaturas médias;
- a pequena diferença entre as temperaturas médias dos meses mais quentes e mais frios;
- a ausência de um inverno rigoroso;
- a ocorrência de forte evaporação e evapotranspiração.

No Maranhão, a divisão das estações não é marcada principalmente pela temperatura. A diferença mais perceptível ocorre entre o **período chuvoso** e o **período seco**.

2.1.2 MARITIMIDADE

A proximidade com o Oceano Atlântico influencia principalmente o litoral e o norte do estado. O oceano fornece umidade para a atmosfera e contribui para a formação de chuvas.

Nas áreas costeiras, a maritimidade também tende a reduzir as variações extremas de temperatura, especialmente entre o dia e a noite. Embora o litoral permaneça quente, o aquecimento e o resfriamento ocorrem de maneira menos brusca do que em certas áreas interiores.

2.1.3 CONTINENTALIDADE

À medida que se avança para o interior, diminui a influência moderadora do oceano. As áreas centrais e meridionais podem apresentar:

- maior aquecimento durante o dia;
- temperaturas máximas mais elevadas no período seco;
- redução mais acentuada da umidade do ar;
- maior amplitude térmica diária.

A continentalidade não torna o clima maranhense frio, mas contribui para temperaturas diurnas elevadas e noites relativamente mais amenas em algumas áreas do sul.

2.1.4 RELEVO E ALTITUDE

Grande parte do Maranhão possui altitudes baixas ou moderadas. Por isso, o relevo não provoca quedas generalizadas de temperatura.

Entretanto, as áreas de maior altitude do sul e do centro-sul, como chapadas e planaltos, podem apresentar temperaturas noturnas mais baixas do que as planícies do norte. O relevo também interfere no deslocamento do ar, no escoamento das águas e na distribuição local das chuvas.

2.1.5 VEGETAÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ÁGUA

As florestas, os cerrados, os manguezais, os campos inundáveis e as matas ciliares influenciam a umidade, a temperatura próxima à superfície e o ciclo da água.

Áreas densamente vegetadas tendem a conservar melhor a umidade do solo. Em contrapartida, o desmatamento e a substituição da cobertura natural por superfícies impermeabilizadas ou solos expostos podem elevar a temperatura local, reduzir a infiltração da água e aumentar o escoamento superficial.

2.2 CLASSIFICAÇÃO GERAL DO CLIMA DO MARANHÃO

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente caracteriza o Maranhão, de forma geral, como detentor de **clima tropical do tipo equatorial**, com temperaturas elevadas e dois períodos sazonais: um chuvoso e outro seco. Contudo, esses períodos não começam e terminam ao mesmo tempo em todas as partes do estado.

Em classificações mais detalhadas, podem ser reconhecidas três grandes condições climáticas.

Unidade climática geral	Localização predominante	Características
Equatorial quente e úmida	Oeste e noroeste	Chuvas mais abundantes, elevada umidade e estação seca menos intensa
Tropical da Zona Equatorial	Centro, norte, nordeste e parte do leste	Temperaturas elevadas, período chuvoso concentrado no primeiro semestre e seca variável
Tropical do Brasil Central	Sul e centro-sul	Verão chuvoso e inverno seco mais definido

Essas unidades não possuem fronteiras rígidas. Entre elas existem **faixas de transição**, nas quais se combinam características de dois ou mais tipos climáticos.

2.2.1 CLIMA EQUATORIAL QUENTE E ÚMIDO

Ocorre principalmente no oeste e no noroeste, áreas mais próximas do Pará e sob forte influência amazônica.

Apresenta:

- temperaturas elevadas ao longo do ano;

- altos níveis de umidade;
- precipitação abundante;
- menor duração da estação seca;
- presença de formações florestais mais densas.

Na região do Gurupi, por exemplo, estudos estaduais indicam precipitações anuais que podem variar entre aproximadamente **2.000 e 2.800 milímetros**, com temperaturas médias anuais entre 26 °C e 27 °C.

2.2.2 CLIMA TROPICAL DA ZONA EQUATORIAL

Abrange grande parte do território maranhense. É quente durante todo o ano, mas possui uma estação chuvosa e outra menos chuvosa ou seca.

No centro-norte, as chuvas concentram-se principalmente no primeiro semestre. Em direção ao leste e ao centro-leste, os totais pluviométricos tendem a diminuir e a irregularidade pode aumentar.

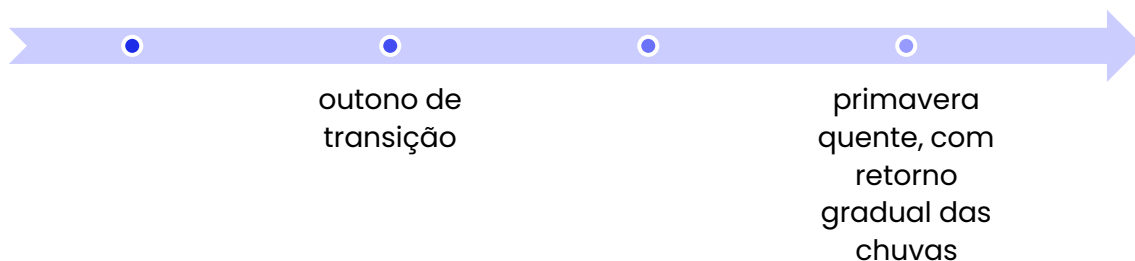
2.2.3 CLIMA TROPICAL DO BRASIL CENTRAL

Predomina no sul e em parte do centro-sul do estado, especialmente nas áreas de Cerrado.

Sua principal característica é a existência de duas estações mais bem diferenciadas:

verão quente e
chuvoso

inverno seco



No Cerrado, a estação seca geralmente coincide com parte do outono e do inverno, enquanto a estação chuvosa se concentra no período mais quente do ano.

2.3 PLUVIOSIDADE NO MARANHÃO

A pluviosidade corresponde à quantidade de precipitação recebida por determinada área em certo período, normalmente medida em milímetros.

Uma precipitação de **1 milímetro** representa, aproximadamente, um litro de água distribuído sobre cada metro quadrado de superfície.

As chuvas não se distribuem de maneira igual pelo território maranhense. Segundo a caracterização divulgada pela SEMA, os totais anuais podem variar de cerca de **700 milímetros em áreas menos chuvosas até mais de 2.200 milímetros nas regiões mais úmidas**, especialmente no norte e no oeste.

2.3.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS CHUVAS

De maneira geral, ocorre uma redução dos volumes de chuva do **noroeste em direção ao centro-leste e ao leste**.

Área do estado	Comportamento geral das chuvas
Oeste e noroeste	Maiores totais anuais e forte influência amazônica
Litoral ocidental e Baixada	Chuvas abundantes e elevada umidade
Ilha do Maranhão e litoral central	Estação chuvosa bem marcada no primeiro semestre
Centro e centro-leste	Menores totais e estação seca mais perceptível
Leste	Maior influência das condições secas do interior nordestino
Sul	Chuvas concentradas entre a primavera e o verão; inverno seco

No litoral ocidental, os totais anuais costumam situar-se entre aproximadamente **1.600 e 2.000 milímetros**, enquanto na Baixada Maranhense determinadas áreas podem alcançar valores ainda mais elevados.

2.4 PERÍODO CHUVOSO

O período chuvoso não ocorre nos mesmos meses em todo o estado.

No **norte e no litoral**, as chuvas concentram-se principalmente entre **janeiro e junho**, com maiores volumes normalmente durante o final do verão e o outono.

No **sul do Maranhão**, a estação chuvosa começa mais cedo, geralmente entre **outubro e novembro**, prolongando-se aproximadamente até março ou abril. Essa diferença resulta da atuação de sistemas atmosféricos distintos em cada parte do território.

Região	Período predominantemente chuvoso
Norte e litoral	Janeiro a junho
Centro-norte	Dezembro ou janeiro a maio ou junho
Centro-sul	Novembro a abril
Sul	Outubro a março, com variações anuais

Esses períodos são aproximações climatológicas. Em determinado ano, as chuvas podem começar mais cedo, atrasar, apresentar interrupções ou ultrapassar os meses normalmente esperados.

NOÇÕES BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS



3.1 CONCEITO, FINALIDADE E IMPORTÂNCIA DOS PRIMEIROS SOCORROS

Os primeiros socorros consistem no atendimento **imediato e provisório** prestado a uma pessoa **vítima de acidente, mal súbito ou qualquer situação que coloque sua saúde ou sua vida em risco**, até a chegada do atendimento especializado.

Na prática, os primeiros socorros representam a primeira resposta diante de uma emergência. Muitas vezes, os primeiros minutos após o acidente são decisivos para evitar agravamento das lesões e aumentar as chances de sobrevivência da vítima.

Diversas mortes poderiam ser evitadas com medidas simples tomadas logo após o ocorrido, como:

- controle de hemorragias;
- desobstrução das vias respiratórias;
- acionamento rápido do socorro;
- posicionamento correto da vítima.

Por esse motivo, o conhecimento básico em primeiros socorros é considerado essencial não apenas para profissionais da saúde, mas também para agentes públicos, profissionais da segurança, trabalhadores em geral e cidadãos comuns.

Em concursos públicos, a disciplina costuma abordar situações práticas envolvendo:

- reconhecimento de emergência;
- condutas iniciais corretas;
- erros que não devem ser cometidos;
- priorização da segurança da vítima e do socorrista;
- acionamento adequado do atendimento especializado.

Além disso, a legislação brasileira também demonstra preocupação com o dever de assistência em situações de perigo.

O art. 135 do Código Penal prevê o crime de omissão de socorro quando alguém deixa de prestar assistência, sem risco pessoal, à pessoa em situação de grave perigo.

Isso não significa que qualquer pessoa deva executar procedimentos complexos. O dever legal está relacionado principalmente à adoção de medidas razoáveis, como solicitar ajuda especializada e oferecer auxílio compatível com sua capacidade.

3.1.1 OBJETIVOS DOS PRIMEIROS SOCORROS

Os primeiros socorros possuem objetivos bem definidos. O principal deles é preservar a vida.

Entretanto, existem outras finalidades igualmente importantes:

Objetivo	Finalidade
Preservar a vida	Evitar morte da vítima
Evitar agravamento	Impedir piora das lesões
Reduzir sofrimento	Diminuir dor e angústia
Garantir estabilidade	Manter condições vitais

Facilitar recuperação

Melhorar prognóstico da vítima

Em muitos casos, pequenas atitudes fazem grande diferença. Um simples controle de sangramento, por exemplo, pode impedir que a vítima evolua para choque hemorrágico.

Da mesma forma, colocar uma vítima inconsciente em posição inadequada pode agravar seu estado ou provocar sufocamento.

3.1.2 O PAPEL DO SOCORRISTA LEIGO

O socorrista leigo é a pessoa que presta auxílio inicial sem possuir necessariamente formação médica ou de enfermagem. Seu papel é extremamente importante porque normalmente é ele quem chega primeiro ao local da ocorrência.

Contudo, existem limites importantes na atuação do socorrista.

Ele deve:

- agir com calma;
- garantir segurança;
- prestar auxílio básico;
- acionar o serviço especializado;
- evitar atitudes imprudentes.

Por outro lado, não deve:

- administrar medicamentos;
- realizar procedimentos invasivos;
- movimentar vítimas sem necessidade;
- improvisar técnicas desconhecidas.

Uma conduta inadequada pode piorar significativamente a situação da vítima.

3.2 SEGURANÇA DA CENA E AVALIAÇÃO INICIAL

Antes de prestar qualquer atendimento, o socorrista deve analisar cuidadosamente o ambiente.

Essa etapa é chamada de segurança da cena e constitui um dos princípios mais importantes dos primeiros socorros.

Isso ocorre porque o socorrista jamais deve se transformar em uma nova vítima.

Imagine, por exemplo:

- um acidente com fios elétricos energizados;
- um incêndio com fumaça tóxica;
- vazamento de gás;
- acidente em rodovia movimentada;
- ambiente com risco de violência.

Nessas situações, aproximar-se sem cautela pode gerar novos acidentes.

Situações que exigem atenção imediata

Situação	Risco principal
Fiação elétrica exposta	Choque elétrico
Vazamento de combustível	Explosão
Incêndio	Queimaduras e intoxicação
Acidente em rodovia	Atropelamento
Estrutura danificada	Desabamento

Após verificar a segurança do ambiente, inicia-se a avaliação da vítima.

O socorrista deve observar:

- se a vítima responde;

- se respira normalmente;
- se existe sangramento intenso;
- se há sinais de trauma grave;
- se há risco iminente de morte.

Essa análise inicial precisa ser rápida e objetiva.

3.2.1 AVALIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Uma das primeiras verificações é identificar o nível de consciência da vítima.

O socorrista pode aproximar-se e fazer perguntas simples:

- “Você consegue me ouvir?”
- “Qual seu nome?”
- “O que aconteceu?”

Também pode tocar levemente os ombros da vítima para verificar reação.

Se não houver resposta, a vítima deve ser considerada inconsciente.

A inconsciência é sempre um sinal de gravidade, especialmente porque pode haver comprometimento da respiração.

3.2.2 AVALIAÇÃO DA RESPIRAÇÃO

Após verificar a consciência, deve-se observar a respiração.

A vítima pode apresentar:

- respiração normal;
- dificuldade respiratória;
- ausência de respiração.

A falta de respiração constitui situação de extrema gravidade e exige acionamento imediato do serviço de emergência.

Sinais de dificuldade respiratória

- respiração muito rápida;
- esforço excessivo para respirar;
- chiados;
- pele arroxeada;
- incapacidade de falar.

A coloração arroxeada nos lábios e extremidades, chamada cianose, indica deficiência de oxigenação.

3.2.3 AÇIONAMENTO DO SOCORRO ESPECIALIZADO

O atendimento especializado deve ser solicitado o mais rápido possível em situações graves. No Brasil, os principais serviços são:

Serviço	Número
SAMU	192
Corpo de Bombeiros	193
Polícia Militar	190

Durante a ligação, é importante manter a calma e fornecer informações claras.

O atendente normalmente solicitará:

- endereço exato;
- ponto de referência;
- número de vítimas;
- estado aparente das vítimas;
- riscos existentes no local.

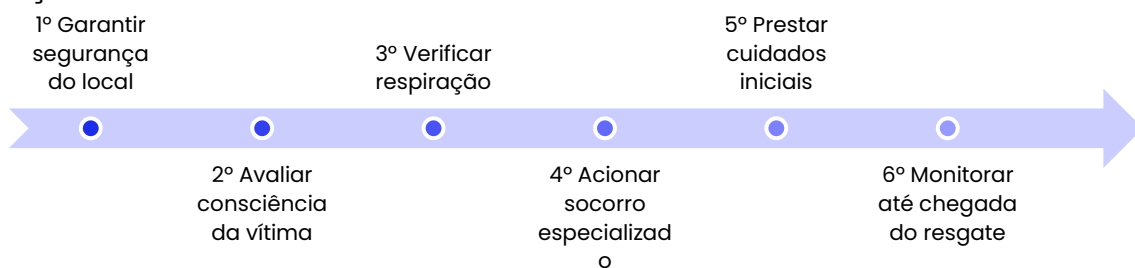
[Clique aqui e seja aprovado](#)

Quanto mais precisas forem as informações, mais eficiente tende a ser o atendimento.

3.2.4 SEQUÊNCIA BÁSICA DO ATENDIMENTO INICIAL



A atuação inicial do socorrista normalmente segue uma sequência lógica de ações.



Essa sequência reduz erros e ajuda o socorrista a manter organização mesmo em situações de tensão.

3.3 CUIDADOS EMOCIONAIS DURANTE O ATENDIMENTO

Além do atendimento físico, o estado emocional da vítima também merece atenção.

Em situações de acidente ou mal súbito, é comum que a vítima apresente:

- medo;
- desorientação;
- ansiedade;
- agitação;

- pânico.

Por isso, o socorrista deve manter postura calma e transmitir segurança.

Falar de forma tranquila pode ajudar a reduzir o desespero da vítima e facilitar o atendimento.

Também é importante evitar:

- gritos;
- discussões;
- comentários alarmantes;
- exposição desnecessária da vítima.

O atendimento humanizado constitui parte importante dos primeiros socorros modernos.

REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO NO ESTADO DO MARANHÃO (LEI 11.390/2020)



A Lei Estadual nº 11.390/2020 institui o **Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado do Maranhão**.

A norma organiza as medidas de prevenção e proteção contra incêndios, estabelece as competências do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão — CBMMA e disciplina o processo de regularização, certificação e fiscalização das edificações e áreas de risco.

A lógica da lei é **preventiva**. Seu objetivo não é apenas combater incêndios já iniciados, mas criar condições para evitar sua ocorrência, limitar sua propagação, proteger vidas, reduzir danos ao patrimônio e ao meio ambiente e facilitar a atuação das equipes de emergência.

4.1 OBJETIVOS DO REGULAMENTO

O principal objetivo da Lei nº 11.390/2020 é **proteger prioritariamente a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco** em situações de incêndio ou emergência. Essa prioridade orienta todas as demais medidas previstas na norma.

Além da proteção à vida, o Regulamento busca **restringir o surgimento dos incêndios e dificultar sua propagação**. Com isso, procura reduzir danos

ambientais e patrimoniais e preservar a continuidade das atividades desenvolvidas nas edificações.

Entre os objetivos expressamente previstos estão:

- proporcionar meios para o controle e a extinção dos incêndios;
- viabilizar as operações de atendimento de emergências;
- estabelecer competências para o cumprimento das medidas de segurança;
- promover uma cultura de prevenção contra incêndios.

A lei, portanto, combina três dimensões: **prevenção, resposta à emergência e responsabilização dos envolvidos.**

Dimensão	Finalidade
Prevenção	Evitar o surgimento e limitar a propagação do incêndio
Proteção	Preservar a vida, o meio ambiente e o patrimônio
Resposta	Facilitar o abandono seguro e o atendimento das equipes de emergência
Regularização	Exigir projetos, medidas de segurança, vistorias e certificação
Fiscalização	Verificar o cumprimento da legislação e corrigir irregularidades

4.2 APLICAÇÃO DA LEI

As medidas de segurança contra incêndios e emergências aplicam-se às **edificações e áreas de risco situadas em todo o território do Estado do Maranhão.**

A observância do Regulamento é especialmente exigida nas hipóteses de **construção, reforma com alteração de leiaute, mudança de ocupação ou uso, ampliação da área construída, aumento da altura e regularização da edificação ou área de risco**.

Isso significa que as exigências não se limitam às novas construções. Uma edificação já existente poderá precisar se adequar quando houver mudanças relevantes em sua estrutura, em sua atividade ou em suas condições de risco.

A lei exclui, em regra, algumas situações de menor complexidade, como as edificações de uso exclusivamente residencial unifamiliar.

Também podem ser excluídas determinadas residências localizadas em pavimento superior e certas edificações de ocupação mista com até dois pavimentos, desde que tenham acesso independente para a via pública e não exista comunicação interna entre as ocupações.

Quando houver **isolamento de risco** entre edificações, as medidas de segurança poderão ser definidas separadamente para cada bloco.

Nas edificações de ocupação mista, em regra, devem ser adotadas as exigências de maior rigor, considerando-se a área e a altura total. Contudo, a lei admite o dimensionamento por ocupação em situações previstas nas normas técnicas.

4.3 CONCEITOS BÁSICOS

A Lei nº 11.390/2020 apresenta diversos conceitos necessários à compreensão do sistema de segurança contra incêndios. Essas definições são importantes porque delimitam a atuação do CBMMA e indicam como as edificações devem ser classificadas e regularizadas.

4.3.1 EDIFICAÇÃO E ÁREA DE RISCO

Edificação é a área construída destinada a abrigar atividade humana, instalação, equipamento ou material.

A **área de risco**, por sua vez, é o ambiente externo à edificação que apresenta risco específico de incêndio ou emergência. São exemplos as áreas destinadas ao armazenamento de produtos inflamáveis, combustíveis,

explosivos ou produtos perigosos, bem como subestações elétricas e instalações semelhantes.

Assim, a aplicação da lei não depende necessariamente da existência de um prédio. Uma área aberta que armazene substâncias perigosas também poderá estar sujeita às medidas de segurança e à fiscalização.

4.3.2 OCUPAÇÃO

A **ocupação** corresponde à **atividade** ou ao **uso da edificação**. Uma escola, um hospital, uma indústria, um depósito e uma residência possuem ocupações distintas e, por isso, podem receber exigências diferentes.

A lei também diferencia:

Conceito	Significado
Ocupação predominante	Atividade principal desenvolvida na edificação
Ocupação subsidiária	Atividade de apoio vinculada à ocupação principal
Ocupação mista	Existência de mais de um tipo de ocupação na mesma edificação ou área de risco
Mudança de ocupação	Alteração de atividade que modifica a classificação da edificação

Não será considerada ocupação mista a edificação que tenha uma atividade predominante e atividades subsidiárias, desde que estas não ultrapassem 750 m² ou 10% da área total da edificação. Nessa hipótese, aplicam-se as exigências da ocupação predominante.

4.3.3 CARGA DE INCÊNDIO

A **carga de incêndio** é a **soma das energias caloríficas que podem ser liberadas pela combustão completa** dos materiais existentes em determinado espaço. Ela inclui móveis, equipamentos, mercadorias, revestimentos, divisórias, pisos, paredes e tetos.

Quanto maior a carga de incêndio, maior tende a ser a intensidade potencial do fogo e, conseqüentemente, mais rigorosas poderão ser as medidas de segurança exigidas.

4.3.4 SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS E EMERGÊNCIAS

A segurança contra incêndios e emergências compreende o **conjunto de ações e medidas de proteção ativa e passiva, além dos recursos internos e externos à edificação**, destinados a:

- controlar o incêndio;
- permitir a evacuação segura;
- proteger a vida, o meio ambiente e o patrimônio;
- garantir o acesso das equipes de salvamento e socorro.

As **medidas de proteção ativa** são aquelas que dependem de acionamento manual ou automático, como extintores, hidrantes, alarmes e chuveiros automáticos.

As **medidas passivas** estão incorporadas à própria estrutura da edificação, como compartimentação, isolamento de risco e resistência ao fogo dos elementos construtivos.

4.3.5 FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS

A **fiscalização** é o **ato administrativo por meio do qual o bombeiro militar verifica, a qualquer momento, o cumprimento das medidas de segurança contra incêndios e emergências**.

A lei diferencia duas modalidades principais de vistoria:

Modalidade	Finalidade
Vistoria técnica de regularização	Verificar, mediante solicitação do interessado, se as medidas exigidas foram executadas
Vistoria técnica de fiscalização	Verificar, a qualquer momento, se a edificação permanece em conformidade com a legislação

A primeira está relacionada ao processo de obtenção da certificação. A segunda representa o poder de controle permanente do Corpo de Bombeiros.

4.3.6 PROCESSO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

O **processo de segurança contra incêndio** é o **procedimento administrativo de regularização das edificações e áreas de risco**, destinado à emissão da certificação do CBMMA.

Esse processo poderá envolver apresentação de documentos, análise de projeto, execução das medidas de segurança, vistoria e emissão da certificação.

4.3.7 CERTIFICAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

A **certificação** é o **ato administrativo pelo qual o CBMMA reconhece que o interessado cumpriu as exigências legais relativas à segurança contra incêndios e emergências**, autorizando a ocupação e o funcionamento da edificação ou área de risco.

A certificação não é definitiva. Ela possui prazo de validade definido em norma técnica e pode ser cassada quando forem verificadas irregularidades.

4.4 COMPETÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão exerce papel central na implementação da Lei nº 11.390/2020. Compete à instituição **estudar, analisar, planejar e elaborar as normas que disciplinam a segurança contra incêndios e emergências, bem como fiscalizar seu cumprimento.**

Também cabe ao CBMMA promover programas de educação pública voltados à prevenção de incêndios. A norma, portanto, atribui à Corporação não apenas função repressiva ou fiscalizatória, mas também educativa e preventiva.

Nas vistorias técnicas, os militares verificam a funcionalidade das medidas de segurança de forma visual e por amostragem. A lei esclarece, contudo, que o Corpo de Bombeiros não se responsabiliza pela instalação, pelo comissionamento, pela inspeção, pelos ensaios, pela manutenção ou pelo uso indevido dos sistemas.

A responsabilidade pelo dimensionamento e pela correta instalação das medidas de segurança pertence ao **responsável técnico legalmente habilitado.**

O Serviço de Segurança Contra Incêndios e Emergências do CBMMA possui atribuições amplas. Entre elas estão a análise de projetos, a realização de vistorias, a fiscalização das edificações, a emissão de certificações, o credenciamento de empresas e profissionais e a investigação de incêndios e explosões.

Também pode:

- expedir, anular, cassar ou revogar certificações;
- embargar ou interditar edificações e áreas de risco;
- notificar e autuar os responsáveis;
- aplicar sanções administrativas;
- emitir consultas e pareceres técnicos;
- estabelecer normas complementares;
- cadastrar responsáveis técnicos;
- credenciar empresas e profissionais ligados à segurança contra incêndios.

[Clique aqui e seja aprovado](#)

Atenção: O CBMMA verifica a conformidade das medidas, mas **não substitui o responsável técnico**. A elaboração do projeto, o dimensionamento dos sistemas e sua correta instalação permanecem sob responsabilidade do profissional habilitado.